



1290000485



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

TCC/UNICAMP F733c

INSTITUTO DE ECONOMIA



MONOGRAFIA

**CONDIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DA IMIGRAÇÃO  
EUROPÉIA PARA O BRASIL  
(1870-1930)**

ALUNA: ANA LÍVIA PEIXOTO FONSECA RA 950135  
ORIENTADOR: PROF. DR. RUI GULHERME GRANZIERA

CAMPINAS - 1999

TCC/UNICAMP  
F733c  
IE/485

**CEDOC/IE**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA

**CONDIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DA IMIGRAÇÃO  
EUROPÉIA PARA O BRASIL  
(1870-1930)**

Monografia realizada como pré-  
requisito para graduação em Ciências  
Econômicas

ALUNA: ANA LÍVIA PEIXOTO FONSECA RA 950135  
ORIENTADOR: PROF. DR. RUI GULHERME GRANZIERA

CAMPINAS - 1999

## RESUMO

Esta monografia trata-se de uma análise histórica do processo de imigração europeia para o Brasil, no período compreendido entre 1870 e 1930. Parte, por um lado, das condições de vida na Europa naquele momento, refletindo na emigração de milhares de pessoas, principalmente italianos. Por outro lado, considera também como fator determinante o contexto de crise do modelo agroexportador escravista brasileiro.

Com base neste processo, são apresentadas as condições em que se deu a constituição do mercado de trabalho no Brasil, viabilizando o desenvolvimento da indústria capitalista no País.

## SUMÁRIO

Introdução.....	5
Capítulo 1: Fatores Determinantes da Imigração Européia para o Brasil.....	12
1.1 Condições Externas da Imigração Européia para o Brasil.....	12
1.1.1 A Itália Meridional.....	15
1.1.2 A Itália Setentrional.....	17
1.2 Condições Internas da Imigração Italiana para o Brasil.....	19
1.2.1 A Crise do Regime Escravista.....	19
1.2.2 A Lei de Terras (1850).....	21
1.2.3 A Sociedade Promotora de Imigração.....	23
Capítulo 2: A Inserção do Imigrante no Sistema Produtivo Brasileiro.....	26
2.1 As Diversas Possibilidades de Integração do Imigrante ao Sistema de Produção Brasileiro.....	26
2.2 Núcleos Coloniais.....	27
2.2.1 Núcleos Coloniais Particulares.....	28
2.2.2 Núcleos Coloniais Oficiais.....	30
2.3 O Colonato.....	33
2.3.1 A Remuneração dos Colonos.....	33
2.3.2 O Trabalho Familiar.....	34
2.3.3 O Arrendamento de Terras para a Produção Autônoma de Cereais.....	35

2.3.4 A Importância da Localização das Terras Arrendadas aos Colonos.....	36
Capítulo 3: Obstáculos ao Processo de Imigração.....	39
3.1 As Crises do Café: Causas e Conseqüências.....	39
3.2 O Impacto das Crises do Café sobre as Relações de Trabalho.....	43
Capítulo 4: A Urbanização dos Imigrantes e a Formação do Mercado de Trabalho no Brasil.....	48
4.1 A Opção dos Imigrantes pelas Cidades.....	48
4.2 A Constituição de um Mercado de Trabalho Urbano e o Processo de Industrialização no Brasil.....	50
4.3 A Adaptação dos Imigrantes às Cidades Brasileiras.....	53
Conclusão.....	56
Bibliografia.....	57

## ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Imigração no Brasil, por nacionalidade (1872-1909).....	12
Emigração Italiana para o Brasil por Regiões (1876-1920).....	14
Produção Cafeeira de São Paulo como porcentagem da produção cafeeira brasileira e mundial (1886-1920).....	40
Imigrantes Desembarcados em Santos e Empregados na Agricultura e Coeficiente de Assentamento Permanente entre 1908 e 1933.....	44
Valor de Imóveis Urbanos nas Mãos de Estrangeiros em 1910.....	49
Estabelecimentos Industriais Pertencentes a Italianos em 1920.....	54

## INTRODUÇÃO

O modo de produção colonial implantado no Brasil por sua Metrópole, Portugal, baseava-se na agricultura de exportação apoiada no trabalho escravo. Com o advento da decadência deste sistema, a industrialização capitalista no Brasil tinha como maior obstáculo a **ausência de um mercado de trabalho**. Pode-se dizer que se encontrava no Brasil um mercado de trabalho vazio.<sup>1</sup>

A constituição de um mercado de trabalho exigia, de um lado, que houvesse em abundância homens livres e despojados de meios de produção e de subsistência, que dessa forma fossem impelidos ao trabalho. No entanto, não era isso o que se verificava no Brasil, já que os homens livres e despojados de meios de produção tinham condições de produzir sua própria subsistência.

Por outro lado, a mão-de-obra escrava tinha sido barbaramente consumida ao longo do século. Até 1850, quando houve a interrupção definitiva do tráfico de escravos, o que se observou foi, invariavelmente, a mortalidade precoce. Não havia nenhum cuidado em estender a vida do escravo porque o tráfico - o grande negócio da Colônia e do Império - garantia uma oferta ilimitada desta mão-de-obra. Por que, então, explorar menos o pobre escravo para que ele pudesse se alimentar, dormir ou descansar?

Pelas mesmas razões, a reprodução dos escravos com o objetivo de garantir a oferta de mão-de-obra não foi nem sequer cogitada. Nesse sentido, todavia, operaram as crises estruturais da monocultura que, sem destruírem a organização da produção,

---

<sup>1</sup>J. M. Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª edição, 1986, p.77.

levavam ao crescimento intermitente da população de escravos, que se reproduziam. No entanto, o próprio tráfico inter-provincial, subsequente à proibição definitiva, colocou um rude paradeiro a esse momento de "folga" no qual a taxa de natalidade dos escravos poderia continuar a crescer.

Nesse momento, a América e, particularmente, o Brasil, continuavam a "consumir" os escravos.

A criação da Lei do Ventre Livre, em 1871, após o término da Guerra do Paraguai, pré-anunciava o fim do escravismo no Brasil para dezessete ou dezoito anos depois. E com ele terminava também o Império. Mas naquele ano de 1871 nada poderia ser entrevisto efetivamente como o substituto da mão-de-obra escrava para constituição de um alternativo mercado de trabalho.

Além disso, a ocupação de grandes extensões de terra pela agricultura mercantil-escravista foi de fundamental importância para a constituição de um grupo de homens livres e expropriados, mas a quem eram atribuídas condições de produção da própria subsistência. Dessa forma, conforme ocorria a expansão da economia mercantil-escravista, os homens livres e pobres tinham acesso a um terreno no interior ou em faixas inaproveitadas para a produção mercantil. Neste local, podiam plantar produtos destinados à sua subsistência. Conseqüentemente, não seriam facilmente submetidos ao capital, e, muito menos às condições a que os escravos eram submetidos. Estavam, portanto, desvinculados dos processos essenciais à sociedade como um todo, podendo ser considerados marginais.<sup>2</sup>

A Guerra do Paraguai, por sua vez, convocou para as fileiras do Exército homens brancos que não estivessem trabalhando. O recurso ao soldado escravo em grande escala

---

<sup>2</sup>M. S. Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p.12

mostra que a medida não logrou formar contingentes significativos de homens brancos, que preferiram o trabalho árduo do assentamento das estradas de ferro do que ir morrer na terra dos guaranis. Mas terminada a guerra, cessava o irrecusável constrangimento e o homem branco voltava à sua vida de subsistência.

Persistia, assim, o problema da ausência de um mercado de trabalho. A solução imigratória, entretanto, não estava dentro das possibilidades da política do governo central naquele momento. Como se sabe, essa solução - ditada pela necessidade - veio a ser implantada em São Paulo pelos fazendeiros dirigentes da província.

A imigração européia, principalmente a italiana, assumiu importante papel no processo de substituição da força de trabalho do escravo pela do assalariado no Brasil. A mão-de-obra abundante e barata era garantida pelo fato de os imigrantes terem sido separados de seus meios de produção no processo de acumulação primitiva em seu país de origem. Não lhes restava outra alternativa de sobrevivência que não fosse a venda de sua força de trabalho.

A Itália, tendo passado por um processo de unificação política, apresentava graves problemas. A concorrência que se estabeleceu entre as manufaturas da região norte e as da região sul teve como consequência elevados níveis de desemprego. De um lado, o norte italiano aparecia como uma região mais desenvolvida, tanto no que diz respeito à indústria quanto à agricultura. A região meridional, de mais baixa produtividade agrícola e menor grau de desenvolvimento não conseguiu suportar a concorrência e acabou se desorganizando.

A forma como ocorreu a penetração do capitalismo no campo italiano explica de que modo se atingiu a situação de miséria, que teve por consequência a emigração de um grande

contingente de homens livres e suas famílias para outros países. O pequeno proprietário foi levado a se endividar, já que tinha que recorrer a empréstimos por causa dos elevados impostos sobre a terra e a concentração de propriedade. Além disso, o pequeno agricultor acabou tendo que se proletarizar, pois foi eliminado pela concorrência dos produtos da grande propriedade, vendidos a preços mais baixos no mercado. E, ainda, com a concorrência de produtos externos, no momento da crise agrária européia, esta situação adquiriu maiores proporções. Mas o processo de industrialização não se mostrava capaz de absorver essa população que estava sendo expulsa do setor agrícola.

O Vêneto, uma das regiões de maior contingente de emigrantes, apresentava, de certa forma, uma divisão de propriedade baseada nas diferenças de relevo. As pequenas e médias propriedades localizavam-se nas regiões de montanha e colinas, enquanto as grandes propriedades encontravam-se nas regiões de planície. E dada essa divisão, era possível verificar a existência de dois tipos de mão-de-obra. Os pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros trabalhavam por conta própria, enquanto os assalariados trabalhavam nas grandes propriedades. A produção, que se apoiava no trabalho familiar, consistia basicamente no cultivo de cereais e vinhedos.

No período compreendido entre 1870 e 1885, a primeira fase do processo de imigração enquanto fonte de mão-de-obra livre para o mercado de trabalho brasileiro, ainda não existia uma política imigratória definida. Nessa fase, a maioria dos indivíduos que deixava a Itália era composta de meeiros, pequenos proprietários e arrendatários, já que era necessário despendar uma certa quantia em dinheiro para a passagem, o que os camponeses mais pobres não tinham condições de fazer. Os italianos, nesse

momento, ainda não eram a maioria dos imigrantes que chegavam ao Brasil.<sup>3</sup>

A instituição do trabalho familiar era um dos atrativos para os imigrantes, pois a crise em seu país havia provocado a diluição dessa forma de trabalho. Além disso, o trabalho familiar permitia não apenas que o fazendeiro explorasse ainda mais a mão-de-obra, pagando salários pelas tarefas e não por indivíduos, mas também permitia a estabilidade da mão-de-obra nas fazendas.

Na verdade, a possibilidade de vir a se tornar proprietário era o principal meio de atração de imigrantes. Conforme a Lei das Terras, de 1850, que prescrevia que a terra não podia ser adquirida de outro modo que não fosse através da compra, o trabalhador teria que poupar o dinheiro que ganhasse com sua força de trabalho para tornar-se proprietário.

Num segundo momento, após 1885, com a definição de uma política imigratória e a criação da Sociedade Promotora de Imigração, a entrada de imigrantes italianos passou a predominar, constituindo o fluxo de mão-de-obra farta e barata tão desejada pelos cafeicultores do Oeste Paulista. Isso se tornou possível porque o Estado passou a financiar a passagem para que esses indivíduos viessem da Itália, e também um local para sua instalação inicial.

A inserção do imigrante no sistema produtivo se deu principalmente nas formas de **núcleos coloniais** e de **colonato**.

Os núcleos coloniais foram constituídos com base na experiência com os núcleos de povoamento, que tinham como finalidade povoar o extremo sul do Brasil, garantindo a posse desta área. O imigrante tornava-se pequeno proprietário, tendo subsidiada a compra de seu lote na chegada. A produção consistia apenas no necessário à sua subsistência e à de sua

---

<sup>3</sup> Z.M. Alvim, *Brava Gente!*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.22

família.

Mas a decadência do sistema escravista exigia uma política de imigração, voltada para a constituição de um mercado de mão-de-obra. Assim, com um fluxo abundante de imigrantes, o trabalho livre tornar-se-ia viável ao sistema agroexportador.

Os núcleos coloniais, inicialmente, tiveram a implantação do regime de parceria, segundo o qual o trabalhador recebia do fazendeiro uma parcela de terra para cultivar, devendo entregar uma parte da colheita obtida. No entanto, este modelo fracassou. Os colonos estavam insatisfeitos com as condições precárias de vida que lhes eram oferecidas pelo proprietário da fazenda e, além disso, tinham firmado o compromisso de que não deixariam a fazenda enquanto não conseguissem pagar suas dívidas. Por outro lado, os fazendeiros estavam descontentes com sistema porque o imigrante que chegava a suas terras estava interessado em se tornar proprietário, e não demonstrando interesse em proletarizar-se.

O Estado, então, decidiu solucionar os problemas desses núcleos. De um lado, os imigrantes deixavam de estar vinculados a uma fazenda, podendo optar por oferecer sua força de trabalho no mercado. Por outro lado, um dos objetivos centrais da reorganização do sistema aparecia como a necessidade de reduzir os preços dos alimentos. Era preciso, então, expandir a produção de gêneros de subsistência. Assim, os núcleos passaram a cumprir o seu papel de fornecedores de alimentos. No entanto, logo os colonos dos núcleos começaram a sofrer concorrência por parte dos produtos cultivados entre as fileiras do café, que eram vendidos a preços mais baixos. Portanto, a sobrevivência dos produtores da colônias exigia que eles se especializassem em artigos diversos daqueles produzidos pelos trabalhadores das fazendas de café.

No sistema do colonato, por outro lado, o fazendeiro tinha

reduzidos gastos com mão-de-obra, ao contrário do que acontecia no escravismo. O imigrante contratado trabalhava na fazenda, recebendo um valor fixo, relativo à quantidade de pés de café por ele cuidado, e uma parcela variável, de acordo com a colheita. Além disso, a produção de gêneros de subsistência ocorria de forma complementar à produção de café. Parte da produção destes gêneros, cultivados entre as fileiras de pés de café, era consumida pelo colono e parte era vendida, com autorização do fazendeiro. Dessa forma, o colonato conseguiu produzir um mercado de alimentos, condição importante para o aparecimento da indústria.

As crises do café, provocadas principalmente pelo problema da concorrência no mercado internacional, tinham como consequência o fim dos investimentos no cultivo desse produto por certo período. Mesmo nesse contexto, o colonato se manteve, o que significa que o mercado de alimentos continuava a existir. A disponibilidade de alimentos é importante, pois a mão-de-obra tem que ter garantida a sua subsistência.

Durante essa fase de crise, a imigração continuava e os estrangeiros iam povoando as cidades, já que não encontravam emprego nas fazendas de café e nem se inseriam no sistema de núcleos. Dessa forma, ia sendo constituído um mercado de trabalho por imigrantes que traziam dos países de origem um aprendizado na área de indústria e serviços. Assim, mesmo fora da crise do colonato e da crise dos núcleos coloniais, a presença de imigrantes desvinculados dessas duas formas de inserção no sistema produtivo começou a prevalecer nas cidades. Eram atraídos, a princípio, pelos serviços públicos e em seguida pela indústria, havendo espaço, também, para o trabalho autônomo, como o de alfaiates e barbeiros.

## CAPÍTULO 1

### FATORES DETERMINANTES DA IMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA O BRASIL

#### 1.1 Condições Externas da Imigração Européia para o Brasil

Esta análise está centrada nos imigrantes italianos, por terem eles constituído a maioria no contingente imigratório, conforme se observa na tabela abaixo:

**Imigração no Brasil, por nacionalidade  
1872-1909 (%)**

	1872-1879	1880-1889	1890-1899	1900-1909
Italianos	25,8	61,8	57,6	35,6
Portugueses	31,2	23,3	18,3	31,4
Espanhóis	1,9	6,7	13,7	18,2
Alemães	8,1	4,2	1,4	2,2
Outros	33	4	8,9	12,4
Total	100	100	100	100

Fonte: Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham, *Population and Economic Development, Baltimore, 1979, p.91.*

Antes de se realizar uma exposição dos fatores internos responsáveis pela atração de imigrantes italianos para o Brasil, é de fundamental importância aprofundar os conhecimentos sobre as condições de vida destes imigrantes ainda em seu país.

Essas condições se traduzem na emigração em massa e são relevantes para a compreensão da maneira como os imigrantes se inserem

em uma nova realidade. Os traços psico-sociais sedimentados no país de origem determinam diferentes formas de adaptação ao novo meio e diferenciados horizontes de vida.

Inicialmente, deve-se ressaltar que a emigração não se tratava de um fenômeno novo na Itália do século XIX. Na verdade, dificuldades de produção relacionadas a características naturais deste país já provocavam movimentos migratórios não apenas para regiões dentro da própria Itália, mas também para outros países da Europa.

A Itália, país de território limitado, teve, até o início do século XIX, sua economia baseada na agricultura. No entanto, foi na segunda metade deste mesmo século que o Norte italiano começou a ser reconhecido como uma mancha industrializada, em meio a uma agricultura comunal que revelava a presença de traços feudais. Trata-se da região que oferece o maior contingente de emigrantes - o Vêneto -, onde as condições assemelham-se em grande parte às que são encontradas na Itália Meridional.

Por outro lado, o Sul da Itália, mais do que as outras regiões, caracterizava-se pelos resíduos feudais. Isso significava a presença de obstáculos ao desenvolvimento da grande indústria, por retardar o processo de formação de um mercado interno. Impedia, dessa forma, a reabsorção da mão-de-obra liberada no campo.

No século XIX, a penetração do capitalismo no campo italiano passou a ser o principal fator determinante da emigração. Esse processo teve como consequência a liberação do excesso de força de trabalho, que a indústria nascente não tinha condições de absorver. Assim, acabou promovendo a formação de um contingente de trabalhadores que só viam na emigração uma possibilidade de garantir sua sobrevivência.

Outra questão importante na constituição do contingente migratório é o enfraquecimento da pequena propriedade. Por um lado, a crise agrária européia - no período compreendido entre 1873 a 1895 -, com a concorrência de produtos externos em uma disputa acirrada por mercados consumidores, teve um grande impacto sobre a agricultura italiana. O pequeno produtor agrícola não se mostrou capaz de suportar a concorrência. Dessa forma, foi

inevitável a perda de sua fatia no mercado interno. Com isso, acabou sendo levado a abandonar o campo.<sup>1</sup>

Além disso, uma tradição familiar também contribuía para o desgaste da pequena propriedade. Havia o hábito de se dividir a terra quando os filhos se casassem.

Como pode-se observar na seguinte tabela, as correntes migratórias partiram das mais diversas áreas da Itália:

#### EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL POR REGIÕES (1876-1920)

Vêneto	365.710
Campania	166.080
Calábria	133.155
Lombardia	105.973
Abruzzi/Molise	93.020
Toscana	81.056
Emilia Romagna	59.877
Basilicata	52.888
Sicília	44.390
Piemonte	40.336
Puglia	34.883
Marche	25.074
Lazio	15.982
Umbria	11.818
Liguria	9.328
Sardenha	6.113
TOTAL	1.243.633

Fonte: Commisario Generale dell'Emigrazione. *Annuario Statistico dell'Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925*. Roma, ed. CGE, 1926, p.152.

<sup>1</sup> Z. Alvim. *Brava Gente!*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.34.

Através destes dados é possível verificar ainda que algumas regiões forneceram um maior número de imigrantes do que outras. Para compreender os motivos de tal disparidade, é necessário conhecer os fatores determinantes do processo em cada uma delas. Com esta finalidade, será realizada uma análise dividida em Itália Meridional e Itália Setentrional.

### **1.1.1 A Itália Meridional**

Esta região italiana caracterizava-se pela menor produtividade agrícola e menor grau de desenvolvimento, em comparação com o Norte.

A agricultura era baseada em técnicas rudimentares, não contando com mecanização ou inovações. Nestas condições, a produtividade da região era inevitavelmente baixa.

A produção agrícola ainda contava com outros fatores negativos. De um modo geral, as condições naturais não eram totalmente favoráveis. Em certos momentos, o homem foi capaz de suprir as deficiências por meio de drenagem, irrigação ou fertilizantes. Em outros, foi responsável pelo agravamento dos problemas, através de devastações.

As condições climáticas exerceram um papel fundamental nesse processo. Com chuva rara e ausente por longos intervalos de tempo, até mesmo os solos mais férteis teriam reduzida sua capacidade de produzir. A situação era grave não somente na Sicília, como no continente. Em alguns anos, quase não chovia no verão, com a seca durando mais do que um semestre. Assim, devido ao calor intenso, a chuva que caía evaporava rapidamente, ficando comprometido até mesmo o cultivo de pasto para alimentar o gado.

Por outro lado, o homem, através da devastação de florestas, foi capaz de tornar essas condições ainda piores, prejudicando as práticas agrícolas. Nos Apeninos e em algumas áreas da Sicília, contava-se com uma predisposição física para deslizamentos de terra, o que efetivamente

acontecia nos períodos de chuvas fortes. Além de provocar a destruição de casas e fazendas, muitas vezes, causava a morte de pessoas.

Outro grave efeito da devastação está relacionado com o fluxo dos rios e seus leitos, pois as chuvas começam a provocar inundações.

A Itália Meridional sofria, também, com a crítica questão da saúde, em decorrência das precárias condições de vida e da escassa alimentação. As casas, freqüentemente de um só cômodo, podiam abrigar não apenas toda uma família, mas também animais. Além disso, muitas vezes, várias famílias ocupavam um único cômodo. Não havia privacidade ou condições de higiene.

A pesada carga tributária aparecia como outro fator determinante da a emigração. O pequeno proprietário foi levado a se endividar, já que tinha que recorrer a empréstimos por causa dos elevados impostos sobre a terra. Além disso, acabou tendo que se proletarizar, pois foi eliminado pela concorrência dos produtos da grande propriedade, vendidos a preços mais baixos no mercado.

Por outro lado, havia uma enorme dificuldade para a criação de uma indústria capitalista nesta região, dada a presença de resquícios feudais. Com isso, complicava-se a questão da absorção da mão-de-obra que deixava o campo.

Dessa forma, as causas da emigração são evidentes na Itália Meridional.

As correntes migratórias partiram, inicialmente, de áreas de montanhas, como as mais pobres e populosas regiões da Basilicata. Os destinos favoritos eram, inicialmente, Argentina e Brasil. No entanto, os Estados Unidos logo passaram a ser o mais importante pólo de atração de imigrantes. Mais tarde, a Sicília ultrapassou a Basilicata na condição de maior fornecedora de emigrantes.

### 1.1.2 A Itália Setentrional

O norte da Itália, por outro lado, aparecia como uma região mais desenvolvida, tanto no que diz respeito à indústria quanto à agricultura. Apesar de as raízes do feudalismo nesta região não serem tão fortes quanto no Sul, foram de grande importância no que diz respeito à emigração. O Vêneto, a Lombardia e o Piemonte foram as três maiores áreas da emigração do Norte.

Faz-se necessário, portanto, observar atentamente as características de uma dessas áreas que forneceram um maior contingente de emigrantes, o Vêneto.

Os vênéticos não saíam da Itália com esperança de voltar, ao contrário dos emigrantes do Sul. Por este motivo, desfaziam-se de seus bens e animais antes de partir.

Nesta região, a divisão da propriedade se apresentava da seguinte forma: pequenas e médias propriedades se localizavam nas regiões de montanha e colinas, enquanto grandes propriedades, já com caráter capitalista, predominavam nas regiões de planície. Grandes proprietários da região do Vêneto não se preocupavam com o cultivo de suas terras.

Em geral, a produção apoiava-se no trabalho familiar, e era baseada no cultivo de cereais e vinhedos.

Nesta região, encontravam-se dois tipos de mão-de-obra. Havia aqueles que trabalhavam por conta própria, ou seja, pequenos proprietários, arrendatários e meeiros, e também aqueles que trabalhavam como assalariados, junto aos primeiros ou em grandes propriedades.

Na realidade, são os pequenos proprietários, pequenos arrendatários ou meeiros que num primeiro momento constituem o contingente migratório que se dirigiu para o Brasil. Isso porque eram os únicos que tinham condições de comprar a sua passagem.

Por outro lado, apesar de o desenvolvimento industrial do Norte ser muito maior do que o do Sul, a explicação para a emigração encontrava-se também na agricultura.

Em um importante aspecto, o clima era muito mais favorável para a agricultura no Norte do que no Sul. Apesar de o número de dias de chuva ser aproximadamente o mesmo, as chuvas geralmente ocorriam na primavera e no verão na Itália setentrional. Por essa razão, havia uma grande possibilidade de escolha entre vários produtos agrícolas para o cultivo. Além disso, o solo correspondia ao uso de fertilizantes.

Há, ainda, sobre grande parte do Norte um elemento ausente no Sul. Ao lado de uma agricultura muito primitiva ou que se dá em condições naturais desfavoráveis, há a agricultura altamente elaborada.

Entretanto, na Itália setentrional havia também problemas em relação às condições naturais. Os altos Alpes localizam-se no Norte. Nas grandes altitudes o frio era intenso, impossibilitando a produção. Além disso, grande parte do solo do Veneto, da Lombardia e do Piemonte era improdutivo.

Muito menos do que no Sul da Itália, mas também séria, a devastação teve influência sobre as condições da agricultura. Inundações tornaram-se comuns.

Por outro lado, na região de baixas colinas e na planície, havia escassez de chuvas no verão, o que acabava resultando em seca. Para reduzir os efeitos desse problema, foi desenvolvido um sistema de irrigação no Piemonte e na Lombardia, através do qual deslocava-se para as áreas mais secas a água que era extraída do subsolo e também a água dos rios que desciam dos Alpes.

Por outro lado, a crise agrária européia de preços agrícolas chegou ao auge, na Itália, entre 1880 e 1887, determinando uma proletarização acelerada das camadas camponesas. As regiões que mais contribuíram para a emigração para o Brasil não contavam com indústrias suficientes para absorver trabalhadores e a consequência natural foi sua transformação em proletários rurais.<sup>2</sup>

Portanto, é possível compreender os motivos de terem sido os emigrantes do Norte os primeiros italianos a se dirigirem ao Brasil. Antes da criação da Sociedade Promotora da Imigração, apenas aqueles que tinham

---

<sup>2</sup> Z. Alvim. *Brava Gente!* São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, p.36.

condições de comprar sua passagem é que abandonavam a Itália em busca de melhores condições de vida em terras brasileiras.

## **1.2 Condições Internas da Imigração Italiana para o Brasil**

A imigração em massa de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, principalmente italianos, sobretudo a partir de 1886, relaciona-se diretamente com a constituição de um mercado de trabalho livre para a grande lavoura.<sup>3</sup>

Juntamente com o estímulo de fatores presentes no país de origem, a imigração, contava ainda com as condições que estavam sendo criadas no Brasil. As condições internas da imigração para o Brasil possuíam relação direta com a instauração da crise agrária. Como questão central, de um lado colocava-se a promulgação da Lei das Terras, em 1850, e seus efeitos sobre a propriedade privada da terra; de outro, estava a implantação completa de trabalho livre, com a Lei Áurea, em 1888.

Além disso, a criação da Sociedade Promotora de Imigração foi de fundamental importância para o processo de imigração em massa de italianos para o Brasil.

### **1.2.1 A Crise do Regime Escravista**

O sistema econômico escravista constituía a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, caracterizado por grande estabilidade estrutural, o que explica o fato de que, para o homem que integrava esse sistema, a abolição do trabalho servil assumia as proporções de uma "hecatombe social".<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> J. S. Martins. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 16.

<sup>4</sup> C. Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. 25ª ed. São Paulo: Nacional, 1995, p.136.

Assim, o escravo era considerado uma riqueza, o que significava que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país.<sup>5</sup>

É inegável o forte desgaste sofrido pela mão-de-obra escrava ao longo do século XIX. Durante grande parte desse período, o tráfico assegurava uma oferta ilimitada de escravos. Conseqüentemente, os proprietários de escravos exploravam ao máximo a mão-de-obra. Não havia preocupação no sentido de estender seu tempo de vida. Assim, dadas as precárias condições de vida a que era submetida a população escrava brasileira, sua taxa de mortalidade revelava-se significativamente superior à de natalidade.

Até 1850, quando houve a interrupção definitiva do tráfico de escravos - com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz<sup>6</sup> - o que podia se observar, nessas condições, era a mortalidade precoce de escravos.

Por outro lado, com o crescimento da demanda do trabalho escravo para as plantações de café no Sul do Brasil, o tráfico interno se intensificou. A transferência de escravos de outras áreas do país impedia a interrupção do abastecimento do mercado de trabalho. Dessa forma, em razão da dificuldade do abastecimento deste mercado com africanos, houve uma elevação do seu preço. Conseqüentemente, intensificou-se a utilização da mão-de-obra, provocando um desgaste ainda maior da população escrava.

A Guerra do Paraguai, por sua vez, também teve impacto sobre os escravos. Apesar de ter convocado para as fileiras do exército homens brancos que não estivessem trabalhando, o recurso ao soldado escravo em grande escala revela que o contingente de voluntários brancos não atingiu a proporção esperada. Assim, quando o governo imperial não conseguiu atrair voluntários suficientes, recorreu aos escravos, aos quais foi oferecida a

---

<sup>5</sup> C. Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. 25ª ed. São Paulo: Nacional, 1995, p. 136.

<sup>6</sup> "Apoiando-se inteiramente no trabalho escravo, a agricultura brasileira de exportação, através de seus representantes no cenário político, viu-se compelida a uma reorganização institucional do País em face da efetiva supressão do tráfico de mão-de-obra escrava. Durante vinte anos protelara a efetivação dessa medida, descumprindo acordo estabelecido com a Inglaterra. Pois, na verdade, a última instância de seu funcionamento e da sua existência deslocara-se para os interesses do capitalismo inglês." (J.S. Martins. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, p. 47.)

liberdade em troca do alistamento. Os homens brancos, de modo geral, preferiam o trabalho árduo do assentamento das estradas de ferro do que ir morrer na terra dos guaranis.

Representando, a longo prazo, o fim do sistema escravista, a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, ao final da Guerra do Paraguai, não afetava imediatamente o volume de força de trabalho. De acordo com essa lei, os filhos de escravos que nascessem a partir daquele momento, seriam livres.

A cada momento a instabilidade do regime escravista tornava-se mais evidente, até ficar insustentável, encerrando-se com a Lei Áurea, em 1888.

### **1.2.2 A Lei de Terras (1850)**

A possibilidade de acesso à propriedade privada aparecia como uma das formas de se atrair imigrantes. Nesse sentido, a chamada Lei de Terras, de 1850, teve papel fundamental no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

A Lei de Terras tratava da demarcação das terras devolutas que poderiam ser vendidas a nacionais ou estrangeiros. Aqueles imigrantes que tinham condições de vir ao Brasil com recursos próprios passavam a ter a possibilidade de comprar lotes de terras e se tornar pequenos proprietários.

Esta Lei<sup>7</sup> sancionava, dentro de certas condições, as sesmarias - terras adquiridas por concessão governamental, as posses - terras adquiridas por ocupação -, e as terras adquiridas através de compra. Com exceção das

---

<sup>7</sup> “A Lei de Terras de 1850 revalidou as sesmarias concedidas até 1822, ratificou as ocupações e legitimou diretamente as aquisições por compra de terras até então simplesmente possuídas, fossem posses propriamente ditas, fossem sesmarias caducas. Dentre as condições de revalidação de sesmarias e ratificação de posses impunha-se a existência, na terra pretendida, de cultura efetiva ou de princípio de cultura efetiva.” (B. Sallum Jr. *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888 - 1930*, USP: 1979, Tese de Doutorado, p.3).

terras que se destinavam a algum uso público, todas as demais eram consideradas devolutas.

De acordo com o artigo 1º da Lei de Terras, o acesso legal às terras devolutas poderia ocorrer unicamente através da compra. Transformava, assim, a terra em mercadoria.

O artigo 14, por sua vez, determinava que o governo imperial funcionaria como vendedor das terras devolutas e fixava um preço mínimo para elas. Para que os trabalhadores imigrantes não se tornassem logo proprietários, as terras deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado.

Segundo o artigo 19, o produto das vendas deveria ser destinado à medição das terras devolutas e importação de colonos. Além disso, conforme o artigo 18, o governo poderia trazer imigrantes para serem empregados em serviços dirigidos pela administração pública, para trabalharem em estabelecimentos agrícolas ou para formarem colônias.<sup>8</sup> Dessa forma, o dinheiro arrecadado com a venda desses lotes poderia financiar a vinda de imigrantes desprovidos de recursos para trabalhar nas fazendas, mantendo constantemente suprido o mercado de trabalhadores assalariados.

No entanto, apesar desses generosos e progressistas propósitos, a Lei de Terras, na prática, acabou favorecendo a ampliação da grande propriedade fundiária, e criou dificuldades para que a pequena propriedade fosse realmente estabelecida.<sup>9</sup>

O imigrante, de modo geral, tinha como grande aspiração tornar-se proprietário de terras. Para alcançar a propriedade, a grande lavoura se colocava como meio. A Lei de Terras de 1850, ao proibir a apropriação livre da terra e fixar preços elevados para a compra de terras devolutas, criava condições favoráveis à constituição de uma classe de trabalhadores livres no Brasil. Dessa forma, a transformação do imigrante em proprietário ficaria na dependência de que oferecesse à grande lavoura a sua força de trabalho.

---

<sup>8</sup> B. Sallum Jr, *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888 - 1930*, USP: 1979, Tese de Doutorado, p.4.

<sup>9</sup> L. O. Silva. *Terras Devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996, p.339.

Por outro lado, a estratégia para arregimentar lavradores não podia apenas acenar com a aquisição de pequenas propriedades. Seria preciso também enaltecer valores que falassem de perto aos trabalhadores. A primeira idéia foi sugerir a possibilidade de **reconstrução dos núcleos familiares**, já esfacelados na Itália. A instituição do trabalho familiar era um dos atrativos para os imigrantes, pois a crise em seu país havia provocado a diluição dessa forma de trabalho.

Além disso, o trabalho familiar permitia não apenas que o fazendeiro explorasse ainda mais a mão-de-obra, pagando salários pelas tarefas e não por indivíduos, mas também permitia a estabilidade da mão-de-obra nas fazendas.

### **1.2.3 A Sociedade Promotora de Imigração**

Até o ano de 1885, os fazendeiros do Oeste Paulista não contavam com a mão-de-obra farta e barata que desejavam, pois enfrentavam resistência dos proprietários que usavam trabalho escravo.

Com o objetivo de vencer a resistência dos proprietários de escravos e demonstrar que a mão-de-obra livre era mais barata do que a escrava, um dos maiores defensores do trabalho livre, José Vergueiro, apresentou um cálculo, em 1870, no *Correio Paulistano*. Visava demonstrar que o trabalho do colono era mais rentável que o do escravo e provar que, com o capital necessário para a aquisição de 100 escravos era possível obter aproximadamente 1600 trabalhadores livres.<sup>10</sup> Isso contrariava a opinião dos fazendeiros do Vale do Paraíba, que ainda possuíam um elevado número de escravos.

Durante o período de indefinição da política imigratória, a arregimentação de imigrantes foi essencial para suprir as necessidades de mão-de-obra das lavouras dos cafeicultores do Oeste Paulista. Entretanto, a falta de definição de uma política imigratória por parte do governo brasileiro

representava obstáculo para a arregimentação junto ao camponês desprovido de qualquer recurso. Isso porque aqueles que partiram da Itália até 1885, precisavam dispor de 350 a 500 liras para comprarem suas passagens. Por este motivo, os primeiros grupos de emigrantes compunham-se em sua maioria de pequenos proprietários, arrendatários e meeiros.<sup>11</sup>

Assim, faltava atingir o objetivo principal, que consistia em arregimentar imigrantes sem propriedades, sobretudo aqueles sem condições de juntar dinheiro em poucos anos. O Estado não podia correr o risco de financiar passagens para famílias de trabalhadores que, após alguns anos, teriam recursos para abandonar as plantações de café.<sup>12</sup>

A partir de 1885, quando o grupo de cafeicultores do Oeste Paulista conquistou espaço junto aos núcleos do poder, criando, enfim, uma política de imigração e abolindo o caráter circunstancial até então vigente, a imigração de italianos, enquanto trabalhadores braçais, passou a acontecer efetivamente. Daí em diante, a imigração tornou-se a alternativa daqueles italianos sem os recursos necessários para partir. Fundada em 1886, a **Sociedade Promotora de Imigração**, um ano mais tarde, fechou um contrato com o governo provincial, obrigando-se a promover a imigração estrangeira e a utilizar para isso de todos os meios necessários.<sup>13</sup>

Os imigrantes passavam a ser arregimentados pelas Companhias de Navegação, que recebiam o valor da passagem diretamente da Sociedade Promotora de Imigração. Realizava-se, assim, o desejo dos cafeicultores, que começavam a dispor, em São Paulo, de mão-de-obra farta e barata.

Os imigrantes teriam, além da passagem gratuita do porto de desembarque ao local onde iriam se estabelecer, terra, sementes, alimentos por mais de seis meses e poderiam tornar-se proprietários assim que tivessem dado provas de estabelecimento fixo.

O intuito da Sociedade Promotora de Imigração era de fazer com que famílias já instaladas no Brasil atraíssem seus parentes ainda na Itália. Com essa finalidade, anunciou em jornais que oferecia passagem gratuita a

---

<sup>10</sup> P. Beiguelman, *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*, São Paulo: Pioneira, 1977, p. 88.

<sup>11</sup> Z. Alvim. *Brava Gente!*, São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 45.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 48.

familiares de imigrantes que desejassem se transferir para o Brasil. Dessa forma, consolidava-se a política de aceno à reconstrução dos núcleos familiares, respaldada, também, nos contratos instituídos nas fazendas paulistas.<sup>14</sup>

Dessa forma, fica claro que a Sociedade Promotora de Imigração não apenas procurava fornecer aos fazendeiros a força de trabalho livre e adequada às suas necessidades - imigrantes desprovidos de recursos e que fossem agricultores em seu país -, como também facilitar a sua adaptação à nova sociedade. Isso ocorria tanto pela exigência de um vínculo de amizade ou parentesco, quanto pela determinação de que viessem organizados em famílias, de modo que fossem rompidos os vínculos fundamentais com o país de origem.<sup>15</sup>

No entanto, o advento da República, embora representasse a vitória do grupo imigracionista no plano político, trouxe um ônus à imigração: a nova administração não pôde, imediatamente, assumir todos os compromissos financeiros com a transferência da mão-de-obra. Por outro lado, a Constituição liberal promulgada em 1891 deu aos estados autonomia de ação segundo seus interesses, livrando-os assim de qualquer obstáculo à introdução de mão-de-obra necessária às suas lavouras.<sup>16</sup>

Dessa forma, estavam criadas as condições internas para a promoção da imigração maciça de estrangeiros para o Brasil, que, anos mais tarde, permitiria a formação de um mercado de trabalho livre neste país.

---

<sup>14</sup> Z. Alvim, *Brava Gente!*, São Paulo: Brasiliense, 1986., p. 48.

<sup>15</sup> B. Sallum, *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888 - 1930*, USP: 1979, Tese de Doutorado, p. 105

<sup>16</sup> Z. Alvim, *Brava Gente!*, São Paulo: Brasiliense, 1986 p. 49-50.

## CAPÍTULO 2

### A INSERÇÃO DO IMIGRANTE NO SISTEMA PRODUTIVO BRASILEIRO

#### 2.1 As Diversas Possibilidades de Integração do Imigrante ao Sistema de Produção do Brasil

Impelido a deixar seu país, em busca de melhores condições de vida, o imigrante era encaminhado ao seu local de trabalho na chegada ao Brasil. Sua inserção no sistema produtivo brasileiro ocorreu inicialmente nos **núcleos coloniais**, onde vigorava o regime de parceria.

Tais núcleos foram inicialmente criados em função de interesses particulares dos fazendeiros. Exigia-se uma solução ao problema que se colocava com a iminente extinção do tráfico de escravos: a escassez de mão-de-obra.<sup>1</sup>

No entanto, com o tempo, verificou-se que o sistema de parceria era inadequado, visto que gerava conflitos entre fazendeiros e imigrantes. Neste contexto é que foi necessário ocorrer a intervenção do Estado, através da criação dos núcleos coloniais oficiais.

Posteriormente, foi no regime de **colonato** que o trabalho dos imigrantes se concentrou de forma marcante. Neste sistema, o imigrante contratado trabalhava na fazenda, recebendo um valor fixo, relativo à quantidade de pés de café por ele cuidados, e uma parcela variável, de

---

<sup>1</sup> Os primeiros anos da década de 1880 testemunharam um retorno do interesse por parte de proprietários de terra na imigração. No entanto, a persistente lucratividade do trabalho escravo desestimulava qualquer tentativa de importar trabalhadores europeus. Para que um grande número de imigrantes viesse ao Brasil, além disso, era necessário haver um grande suporte por parte dos fazendeiros na forma de passagens subsidiadas, já que a reputação na Europa e o relativamente alto custo da viagem limitava a possibilidade de imigração espontânea. (M. Hall. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Columbia University, Ph.D. Thesis, 1969, p.87.)

acordo com a colheita. Além disso, a produção de gêneros de subsistência ocorria de forma complementar à produção de café, sendo que parte era consumida pelo colono e parte era vendida, com a autorização do fazendeiro. Dessa forma, o colonato conseguiu produzir um mercado de alimentos, condição importante para o aparecimento da indústria, na medida em que seria responsável pela alimentação da força de trabalho.

## 2.2 Núcleos Coloniais

Os núcleos coloniais foram constituídos com base na experiência com os núcleos de povoamento. Sua origem está relacionada aos esforços da Coroa portuguesa no século XVIII em assentar famílias de agricultores estrangeiros, particularmente no Rio Grande do Sul, para assegurar a posse desta região contra a penetração espanhola.<sup>2</sup>

Nestes núcleos, o imigrante tornava-se pequeno proprietário, tendo subsidiada a compra de seu lote na chegada ao Brasil. A produção consistia apenas no necessário à sua subsistência e à de sua família. Os núcleos de povoamento, portanto, tinham como finalidade povoar o extremo sul do Brasil, garantindo a posse desta área.

No entanto, com a abolição do tráfico de escravos, era necessário estabelecer uma política de imigração que atendesse às necessidades da grande lavoura, possibilitando a constituição de um mercado de mão-de-obra.

A decisão de subsidiar a imigração era uma resposta à cada vez mais crítica situação no mercado de trabalho no Brasil, principalmente em São Paulo. Restrições no comércio interprovincial de escravos, juntamente com a morte ou fuga de um significativo número de escravos, tinham notáveis efeitos sobre oferta de trabalhadores, por volta de 1883.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> M. Hall. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Columbia University, Ph.D.Thesis, 1969, p.4.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 92.

Dessa forma, o trabalho livre passaria a ser um fator de produção economicamente aceitável dentro do sistema agroexportador. Tendo-se em vista esse objetivo, a experiência prévia com os núcleos de povoamento foi adaptada às necessidades da grande lavoura e à mentalidade escravocrata do fazendeiro.<sup>4</sup>

Foram criados, então, os núcleos coloniais particulares, nos quais predominava o regime de parceria na relações de trabalho. O fazendeiro, assim, teria em sua propriedade e à sua disposição, a mão-de-obra de que necessitasse. Não constituíam, assim, um mercado de trabalho livre, em que a mão-de-obra estivesse à disposição de todos os que dela necessitassem e pudessem adquiri-la.<sup>5</sup>

Portanto, existência dos núcleos coloniais pode ser relacionada aos interesses da cafeicultura, conforme o que se verifica no que diz respeito ao abastecimento das regiões carentes de gêneros, à atração de imigrantes ou à criação de um mercado de trabalho para a grande lavoura. “Em outras palavras, a existência de núcleos coloniais foi assentada em função da economia de exportação, embora aparentemente constituídos como se tivessem surgido as condições para um economia de subsistência de base mercantil”.<sup>6</sup>

### **2.2.1 Núcleos Coloniais Particulares**

Estes núcleos coloniais foram criados com o objetivo de atender aos interesses dos fazendeiros.

Inicialmente, tiveram a implantação do regime de parceria. Aos parceiros era atribuído um certo número de cafeeiros, proporcional à capacidade de trabalho de cada família, para que fossem cultivados, e tivessem seus frutos colhidos e beneficiados. Os colonos receberiam a

---

<sup>4</sup> J. S. Martins. *Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, p.51.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p.53.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 63.

metade do valor de venda do café que colhessem, deduzidas as despesas de transporte, impostos e comercialização. Além disso, seriam descontadas as despesas de beneficiamento, caso as famílias de imigrantes não realizassem por si próprias esta operação.

Ademais, também tinham permissão para produzir, em terras da fazenda, gêneros de subsistência para o seu sustento. No entanto, caso vendessem tais produtos, a metade do montante de dinheiro obtido caberia ao fazendeiro.<sup>7</sup>

No entanto o que se verificou foi o fracasso do modelo. De um lado, os colonos estavam insatisfeitos com as condições de vida que lhes eram oferecidas pelo proprietário da fazenda. Habitados a lidar exclusivamente com escravos, e conservando muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, os fazendeiros não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres.<sup>8</sup>

Além disso, os imigrantes haviam firmado o compromisso de que não deixariam a fazenda enquanto não conseguissem pagar suas dívidas. Os contratos de trabalho que assinavam eram freqüentemente redigidos em proveito exclusivo do empregador.<sup>9</sup>

Um dos motivos de insatisfação dos colonos era o fato de que lhes eram atribuídos os pés de café de mais baixa produtividade, enquanto os melhores eram reservados ao cultivo por parte dos escravos. Além disso, os fazendeiros exigiam o pagamento de altos aluguéis por habitações em péssimas condições, assim como cobravam preços elevados por produtos de baixa qualidade vendidos em seus armazéns.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> B. Sallum Jr. *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1979, p. 80. Tese de Doutorado.

<sup>8</sup> C. Prado Jr. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p.249.

<sup>9</sup> Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes eram enganados ou forçados a concordarem com contratos de cinco anos, que incluíam a cláusula de que eles deveriam pagar pelos custos de sua viagem, apesar de terem originalmente sido levados a acreditar que era gratuita. (M. Hall, *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Columbia University, Ph.D.Thesis, 1969, p. 89)

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 16.

Por outro lado, os fazendeiros estavam descontentes com o sistema, preocupados com a baixa produtividade dos colonos em comparação com os escravos. Cada imigrante cuidava de em torno de 800 a 1000 pés de café, enquanto um escravo normalmente cuidava por volta de 3000 ou até mesmo 3500. Os proprietários de terra atribuíam essa diferença à falta de experiência dos colonos na agricultura.<sup>11</sup>

Além disso, reclamavam que o imigrante que chegava a suas terras estava interessado em se tornar proprietário, não demonstrando interesse em proletarizar-se.

### 2.2.2 Núcleos Coloniais Oficiais

As tensões e conflitos que as colônias particulares geravam repercutiam negativamente nas áreas de emigração. Neste contexto, o Estado passou a organizar os núcleos coloniais oficiais, nos quais o imigrante teria condições para permanecer alheio à tutela do fazendeiro, oferecendo-se livremente no mercado de trabalho, se assim lhe conviesse.<sup>12</sup>

Além disso, um dos objetivos centrais da reorganização do sistema aparecia como a necessidade de reduzir os preços dos alimentos. A carestia dos gêneros de subsistência pode ser relacionada a diversos fatores, que fizeram declinar ou suprimir a produção de alimentos nas fazendas dedicadas à agricultura de exportação.

Por um lado, o preço do café havia sofrido um aumento superior ao dos preços dos alimentos. Assim, parecia ser economicamente viável o

---

<sup>11</sup> Na verdade, nos primeiros anos no Brasil, grande parte dos imigrantes teve problemas em se adaptar ao clima e a novas doenças, perdendo muito tempo por causa da fragilidade de sua saúde. Provavelmente, a principal razão da baixa produtividade pode ser atribuída ao fato de os colonos considerarem mais lucrativo trabalhar na terra a que tinham acesso, produzindo gêneros para vender nas cidades vizinhas do que colher café sob o sistema de parceria. (M. Hall, *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Columbia University, Ph.D., 1969, pp. 17 e 18)

<sup>12</sup> J. S. Martins. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, p. 54.

suprimento das fazendas com gêneros importados de outras áreas ou, até mesmo, do exterior.

No entanto, a população havia crescido em cidades como São Paulo e Campinas, em razão da cafeicultura. As duas cidades transformaram-se em entroncamentos ferroviários, acumulando as funções de redistribuição de suprimentos para as regiões produtoras, enquanto Santos ocupava a posição de porto de distribuição. Conseqüentemente, o custo de vida dessas populações repercutia obrigatoriamente nos preços internos de produtos importados.<sup>13</sup>

Dessa forma, a criação dos núcleos coloniais oficiais teve como um de seus fatores determinantes a carestia dos gêneros de primeira necessidade.

Não tendo condições de integrar-se na agricultura de exportação, estando desprovido de capital e com os seus ganhos empenhados durante alguns anos para amortização das dívidas contraídas na aquisição do lote e no recebimento de subsídios, o imigrante dependia de condições e culturas que lhe permitissem beneficiar-se do mercado local.

Entretanto, logo os colonos começaram a sofrer concorrência por parte dos produtos cultivados entre as fileiras do café, que eram vendidos a preços mais baixos. Assim, a sobrevivência dos produtores das colônias exigia que eles se especializassem em artigos diversos daqueles produzidos pelos trabalhadores das fazendas de café.

Assim, o êxito dos núcleos coloniais ficou na dependência de que a função de fornecedores de alimentos fosse capaz de garantir-lhes a sobrevivência econômica, e de que não concorressem economicamente com o café.<sup>14</sup>

Outra questão que se colocava a respeito dos núcleos coloniais oficiais era sua localização. Eles não podiam ser localizados apenas com o objetivo de atender o mercado consumidor de gêneros, mas também garantir o suprimento da força de trabalho demandada pela grande lavoura. Neste sentido, os núcleos deveriam ser estabelecidos de modo que o colono não pudesse depender exclusivamente da pequena lavoura, com o cultivo de

---

<sup>13</sup> J. S. Martins. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, p. 59.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p.61.

gêneros de subsistência. Era necessário encontrar um meio que permitisse extrair do colono dos núcleos oficiais aquilo que realmente interessava, que era sua força de trabalho, e canalizá-la para a agricultura de exportação.<sup>15</sup>

A solução encontrada apoiava-se sobre as aspirações do imigrante de se tornar proprietário de terras. Para que pudesse transformar-se em proprietário, o imigrante teria que oferecer sua força de trabalho à grande lavoura.

Conseqüentemente, os núcleos passaram a submeter-se aos interesses da grande lavoura, havendo críticas à sua localização e a cogitação de serem transferidos para regiões em que pudessem atender à demanda de mão-de-obra pela cafeicultura.

Diante desta situação, o Estado optou pela ruptura de seus compromissos com os núcleos da localização inicial. O governo imperial empenhou-se em reduzir as despesas do Estado, libertando os colonos da tutela oficial. Isso não representava apenas a supressão do financiamento da atividade agrícola, o que incluía a alimentação do colono e sua família, mas também a cobrança das dívidas por este contraídas com o Estado. Ou seja, “o estabelecimento rural deveria estar produzindo recursos para manutenção do colono e família e mais um excedente para amortização paulatina das dívidas contraídas com a compra do lote colonial e a sua subsistência enquanto a terra não tivesse produzido resultados econômicos”.<sup>16</sup>

Posteriormente, houve a retomada do interesse oficial pelos núcleos coloniais, relacionado a uma redefinição das suas funções no quadro geral de abastecimento de mão-de-obra para a grande lavoura. Isso pode ser verificado no período compreendido entre 1887 e 1888, quando ocorreu a grande imigração para o Brasil, sustentada por um elevado capital conjuntamente empenhado pelos governos central e provincial. Os imigrantes eram encaminhados às fazendas dentro do novo regime de empreitada, em substituição à parceria.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> J. S. Martins. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, p.67.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.71.

<sup>17</sup> Na verdade, os contratos de locação de serviços surgiram por volta de 1850, no momento em que contratos de parceria já se mostravam fracassados. E já na década de 60, passaram a ser a forma preponderante de contratar trabalhadores livres para as fazendas de café do

## 2.3 O Colonato

Abandonado o regime de parceria nas relações entre fazendeiros e colonos, passou a predominar o regime do colonato no sistema produtivo brasileiro.

Os colonos eram trabalhadores livres e, portanto, sua subordinação aos fazendeiros estava relacionada ao processo de compra e venda da força de trabalho. De acordo com o contrato firmado, os colonos se comprometiam a realizar um certo número de tarefas, que basicamente consistiam no cultivo anual de um certo número de pés de café. Pelos serviços prestados, receberiam remuneração em dinheiro.

### 2.3.1 A Remuneração dos Colonos

Este pagamento variava conforme o número de cafeeiros cultivados, e efetuado em parcelas trimestrais, bimestrais ou mensais. À tal remuneração acrescia-se, ainda, a participação na colheita, pela qual auferiam dinheiro conforme a quantidade colhida e entregue ao proprietário das terras.

Além de cumprirem tais tarefas, os colonos deveriam prestar serviços extraordinários, pelos quais recebiam, em regra, segundo o tempo de trabalho.<sup>18</sup>

Ademais, sua remuneração estava relacionada às dificuldades na execução das tarefas. Isso significa dizer que seu salário dependia do período de tempo de trabalho gasto na realização de cada atividade.

Assim, os obstáculos existentes para a manutenção do cafezal limpo, como a distância maior ou menor entre as filas de pés de café, a textura mais ou menos favorável do solo e o número de capinas exigidas por ano,

---

Oeste Paulista. (B. Sallum Jr, *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*, FFLCH, USP, 1979, p. 111, Tese de Doutorado)

provocavam variações no salário básico por cafeeiro. Por exigirem do trabalhador maior ou menor dispêndio de força de trabalho, implicavam na possibilidade de cada colono ficar responsável por um número maior ou menor de cafeeiros em cada ano agrícola.<sup>19</sup>

Por outro lado, os colonos que trabalhavam neste processo de produção eram proprietários de grande parte dos instrumentos com que cultivavam e colhiam café. No entanto, esta propriedade significava transferência de parcela dos gastos de capital constante dos fazendeiros para os trabalhadores. Dessa forma, não se encontravam na condição de trabalhadores verdadeiramente autônomos, pois era inviável sua subsistência independente do capital.<sup>20</sup>

### 2.3.2 O Trabalho Familiar

Outro aspecto marcante na inserção dos colonos era o fato de grande parte deles não ser contratada individualmente. O trabalhador utilizava membros de sua família para ampliar sua capacidade de efetuar as tarefas para as quais eram contratados. Além disso, tratava-se da forma de trabalho com qual os imigrantes estavam habituados em seu país de origem.<sup>21</sup>

Na verdade, o trabalho familiar proporcionava um excedente de mão-de-obra com o trabalho de mulheres e crianças. Conseqüentemente, isto representava um custo menor aos fazendeiros, em comparação com trabalho individual.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> B. Sallum Jr., *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*, São Paulo: USP, FFLCH (Tese de Doutorado), 1979, p. 171.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 172.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 174.

<sup>21</sup> "Tratava-se de forças de trabalho desiguais quanto à capacidade muscular (homens adultos, mulheres e crianças), que se dedicavam coletivamente às tarefas com produtividade diferente mas com o objetivo comum de assegurar, no mínimo, a reprodução econômica familiar". (*Ibid.*, p. 175)

<sup>22</sup> Z. Alvim. *Brava Gente!* São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 91.

### 2.3.3 O Arrendamento de Terras para a Produção Autônoma de Cereais

O contrato firmado não incluía apenas pagamento por número de cafeeiros tratados, por alqueire de café colhido, por dias de trabalho extra efetuados e moradia gratuita. Aos colonos era dado o direito de usufruírem terras e instalações da fazenda, apenas com a condição de conservarem cercas e pastos gratuitamente, de trabalharem sem remuneração um dia por ano, no mínimo, geralmente na conservação do caminho que ligava a fazenda à estação ferroviária mais próxima, e de colaborarem, gratuitamente, no combate a incêndios ou outras calamidades que eventualmente acontecessem.<sup>23</sup>

A justificativa apresentada pelos fazendeiros para a não remuneração de tais tarefas estava relacionada ao fato de os colonos serem produtores relativamente autônomos de cereais e animais, tendo, portanto, interesse em manter livre acesso ao mercado, às cidades e vilas.<sup>24</sup>

Por outro lado, o fazendeiro entregava terras a título gratuito a apenas aos colonos contratados para tratar dos cafezais e fazer a colheita. No entanto, este ato não significava a transferência da propriedade. Permitia apenas o seu uso por tempo determinado, observando-se certas condições.

Dessa forma, a cessão de terras, pastos e benfeitorias aos colonos consistia em arrendamento por um ano de parte da propriedade do fazendeiro, implicando na redução dos salários a que teriam direito sem o seu usufruto.<sup>25</sup>

A quantidade de terras de lavoura e de criação à qual os imigrantes teriam acesso dependia do número de pés de café tratados pela família de cada colono. No entanto, em cada fazenda e em cada ano agrícola, tratava-se de uma proporção fixa para todos os colonos contratados. Isto implicava uma

---

<sup>23</sup> B. Sallum Jr., *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*, São Paulo: USP, FFLCH (Tese de Doutorado), 1979, p. 196.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 206.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 197.

delimitação prévia bastante rígida da capacidade de trabalho que podiam despender fora dos cafezais.<sup>26</sup>

Além disso, não podiam utilizar tais terras de acordo com seus próprios interesses, não tendo permissão para cultivar os produtos que desejassem, mas apenas cereais.

Estes limites eram impostos porque tais produtos eram compatíveis com a produção do café, já que as épocas em que sua produção exigia maior dispêndio de força de trabalho - plantio e colheita - não coincidiam com o período em que a produção de café exigia mais trabalho - a colheita.<sup>27</sup>

### **2.3.4 A Importância da Localização das Terras Arrendadas aos Colonos**

No sentido de se evitar que a produção autônoma dos colonos prejudicasse o trato do cafezal, apresentava-se também a questão da localização das terras arrendadas no interior da fazenda. Havia a possibilidade de tais terras localizarem-se dentro dos cafezais, entre as filas dos cafeeiros, ou fora dos cafezais, em terrenos baixos próximos aos rios.

De um lado, o cuidado com a produção de cereais no interior dos cafezais resultava da mesma operação pela qual se tratavam os cafeeiros. Por outro lado, o cultivo de cereais em terras separadas exigia tratamento independente do cuidado com os pés de café. Enquanto nas plantações intercalares apenas o plantio e a colheita dos cereais eram efetuados independentemente do cultivo dos cafeeiros, nas culturas apartadas de cereais também a carpa tinha que ser feita separadamente.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> B. Sallum Jr., *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*, São Paulo: USP, FFLCH (Tese de Doutorado), 1979, p. 197.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 198.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 219.

O fato de a produção autônoma dos colonos ocorrer em terras localizadas dentro ou fora dos cafezais tinha conseqüências práticas. Para um mesmo número de trabalhadores, quando a área reservada para o cultivo de cereais fosse localizada fora dos cafezais, a quantidade de terras arrendadas teria que ser limitada. Caso contrário, o número de cafeeiros tratados por cada trabalhador teria que ser menor - para possibilitar o trato separado dos cereais -, o que contrariaria os interesses dos fazendeiros.<sup>29</sup>

Ademais, a variação da produtividade do trabalho era marcante entre plantações de cereais realizadas no meio de cafezais novos ou dos já formados. Nas novas plantações não apenas a fertilidade do solo era maior, como também as condições de insolação e aeração eram melhores, já que, na idade adulta, havia a tendência de os cafeeiros fecharem os espaços intercalares.<sup>30</sup>

Parte do que era produzido nas terras arrendadas era consumida diretamente pelos colonos. Uma outra parte era conservada para utilização na produção, ou seja, para sementeação, enquanto o restante era vendido para o fazendeiro ou para comerciantes das vilas e cidades próximas. Dessa forma, apenas uma parcela do produto do trabalho autônomo dos colonos se realizava como dinheiro no mercado.<sup>31</sup>

Neste sentido, ressalta-se a importância da localização da fazenda em relação aos mercados consumidores. No caso da produção em terras distantes dos grandes centros, as possibilidades de apropriação do valor das mercadorias vendidas pelos colonos eram reduzidas pelos custos de transporte e mercados locais muito pequenos.

Por outro lado, as fazendas situadas nas zonas velhas e em apogeu podiam compensar total ou parcialmente a sua inferioridade em relação à fertilidade e quantidade de terras destinadas ao arrendamento, pela menor distância de suas terras em relação aos mercados consumidores, em

---

<sup>29</sup> B. Sallum Jr., *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*, São Paulo: USP, FFLCH (Tese de Doutorado), 1979, p. 219.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 220.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 214.

oposição às fazendas situadas nas zonas de ocupação recente, pouco urbanizadas.<sup>32</sup>

No entanto, havia uma cláusula no contrato dos colonos que exigia que dessem preferência, em igualdade de preços, aos fazendeiros na venda de mercadorias que produziam nas terras arrendadas. Nestas condições, apenas o que não interessava aos fazendeiros podia ser comercializado pelos produtores diretos nas cidades e vilas próximas às fazendas.<sup>33</sup>

A ampliação do mercado de cereais à medida em que o processo de urbanização avançava, fundado no crescimento industrial e comercial, já era capaz de criar condições de lucratividade para os capitais que se investissem na sua produção. No entanto, tal lucratividade era inferior à do café e, por isso, apenas as crises de preço do café poderiam estimular a sua produção e de outros produtos por empreendimentos capitalistas.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> B. Sallum Jr., *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*, São Paulo: USP, FFLCH (Tese de Doutorado), 1979., p. 229.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 248.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p 254.

## CAPÍTULO 3

### OBSTÁCULOS AO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO

#### 3.1 As Crises do Café: Causas e Conseqüências

Por volta do ano de 1870 houve uma marcante elevação dos preços do café, provocada pela destruição de parte significativa dos cafezais paulistas por causa de uma geada.

No entanto, com a crise mundial de 1873, os preços caíram consideravelmente na Europa, juntamente com a queda do nível dos salários. Nestas condições, as grandes baixas nos preços configurariam a única forma de se garantir a manutenção da taxa de expansão do consumo que se verificava até este momento. Todavia, com a redução do cultivo de café em Java, o que se verificou foi um crescimento de nossa receita de divisas. Assim, como conseqüência da favorável situação do seu mercado, o preço do café caiu lentamente dentro de um período de crise.<sup>1</sup>

Já no ano de 1882, os preços caíram ainda mais, devido à crise européia, logo seguida pela crise norte-americana de 1884. Com a oferta de café em níveis altos, os preços se mantiveram muito baixos até 1886, quando teve uma nova e marcante fase de expansão. Neste momento, as mencionadas crises se encontravam inteiramente superadas e os mercados mundiais, particularmente o norte-americano, apresentavam um crescimento extraordinário.

Por outro lado, no início da década de 1890, os preços internos e mundiais do café entraram novamente em declínio. Entre os anos de 1890 e 1894, os preços do café haviam se mantido, apesar de ter havido o aumento da oferta. No entanto, com a instalação de nova crise na economia norte-

---

<sup>1</sup> A. Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1976, p.12.

americana e aumentos mais substanciais da produção pelo amadurecimento dos cafeeiros plantados sob o estímulo da alta, os preços começaram a cair. Além disso, as exportações não se ampliavam suficientemente, para compensar a baixa dos preços.<sup>2</sup>

Enquanto no início da década os preços em moeda interna foram mantidos elevados, com a taxa de câmbio decrescente, em 1896 a forte queda passou a ser inevitável, dado o crescimento da oferta. Em 1902, os estoques mundiais de café haviam atingido uma cifra sem precedentes de 11 milhões de sacas.<sup>3</sup>

**Produção cafeeira de São Paulo como porcentagem da produção cafeeira brasileira e mundial  
1886-1920**

Médias Anuais Período	Produção de São Paulo (milhões de sacas/60 kg)	Produção de São Paulo		Produção brasileira como porcentagem da produção mundial
		como porcentagem da produção brasileira	como porcentagem da produção mundial	
1886	2,59	42	25	59
1910-1911 e 1919-1920	9,41	70	47	67

Fonte: "Café no Estado de São Paulo; Situação e Perspectivas da Produção", *Agricultura em São Paulo*, ano 8, n.º 8, agosto de 1961, p.21.

Não havia consenso entre governo e fazendeiros à respeito de uma solução para a crise. De qualquer forma, havia o interesse comum de se proteger a economia e o setor cafeeiro dos efeitos da violenta queda dos preços. Murtinho, o Ministro das Finanças, mostrava-se contrário a uma

<sup>2</sup> A . Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1976, p.20.

<sup>3</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.56.

intervenção estatal. Entretanto, no momento em que a crise se aprofundou, era evidente a necessidade de se fazer algo em relação à produção.<sup>4</sup>

Dessa forma, impunha-se a redução da produção cafeeira. A primeira medida oficial com este objetivo foi tomada em 1902, através do estabelecimento de um imposto sobre todos os novos pés de café, o que significava a proibição do plantio. Tal medida vigoraria inicialmente por cinco anos, posteriormente renovada por mais cinco anos.<sup>5</sup>

No entanto, dado o efeito limitado de tal imposto, além do abalo provocado em 1906 pela dimensão da nova safra, a possibilidade de intervenção passou a ser seriamente considerada. Neste contexto, realizou-se o chamado **Convênio de Taubaté**. Tratava-se de um documento firmado pelos presidentes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em Taubaté, em 25 de fevereiro de 1906.<sup>6</sup>

O Convênio fundamentalmente tinha por objeto a valorização do café e a estabilização da taxa cambial. O êxito da valorização pressionaria a taxa cambial para cima através da venda das cambiais, obtidas com o empréstimo externo para a compra dos estoques de café que seriam retidos, e aumentaria a oferta de divisas. Além disso, a elevação dos preços do café melhoraria também a receita de divisas.<sup>7</sup>

Através deste acordo, o governo do Estado de São Paulo concordava em comprar os excedentes para estabilizar os preços. Para esta finalidade, teria o auxílio de uma emissão de moeda, respaldada por um empréstimo estrangeiro. A expectativa era de que os estoques acumulados seriam vendidos nos anos em que a produção fosse baixa, considerando-se que o café é uma cultura com grandes safras geralmente seguidas por safras menores.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.56..

<sup>5</sup> *Ibid.*, p.59.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p.60.

<sup>7</sup> A. Delfim Netto. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1976, p.47.

<sup>8</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 60.

No curto prazo, a valorização do café foi bem sucedida, contribuindo para a recuperação dos preços do café, conforme se verificava em 1910. Entretanto, os preços se estabilizaram em um patamar elevado o suficiente para tornar o café lucrativo para os produtores. Assim, pode-se afirmar que, a longo prazo, a valorização atuou como um estímulo à produção nacional e estrangeira, dando origem a uma nova superprodução, seguida por uma nova queda de preços. Repetia-se, dessa forma, o problema que havia inicialmente exigido a intervenção.<sup>9</sup>

Por outro lado, antes mesmo que o estoque da primeira operação estivesse inteiramente liquidado, as complicações internacionais decorrentes da Primeira Guerra Mundial exigiam uma nova intervenção do governo no mercado. As exportações de café haviam praticamente estagnado.<sup>10</sup>

Assim, foi introduzido um segundo programa de valorização do café em 1917-1918, financiado pelo governo federal. O encerramento da guerra e uma forte geada em São Paulo em 1918 levaram a uma significativa elevação dos preços do café entre 1918 e 1919. Conseqüentemente, valorizaram-se os estoques acumulados e foram estimulados novos plantios. Entretanto, a expectativa de outra grande safra para 1921 e a crise econômica dos Estados Unidos entre 1920 e 1922 contribuíram para uma nova queda nos preços entre 1920 e 1923.<sup>11</sup>

Por outro lado, através de uma desvalorização da moeda e de uma política de regulação custeada pelo mercado a partir de 1921, os preços se recuperaram rapidamente, fato que se refletiu em novos plantios. Os preços do café mantiveram-se altos de 1924 a 1929, quando se iniciou uma nova queda brusca e prolongada, como conseqüência de uma nova superprodução e da depressão mundial. Neste momento, era impossível vender os imensos estoques acumulados de café.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.60.

<sup>10</sup> A. Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1976, p.66.

<sup>11</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.61.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p.61.

Dessa forma, verifica-se que o subsídio aos preços pela retenção do produto fora do mercado não configurava solução eficaz para as crises de excesso de oferta. No entanto, as intervenções governamentais no mercado deviam-se tanto ao poder político dos fazendeiros quanto ao papel crucial desempenhado pelo café na economia brasileira.<sup>13</sup>

### 3.2 O Impacto das Crises do Café sobre as Relações de Trabalho

Com a finalidade de proteger suas taxas de lucro, os fazendeiros paulistas procuraram também reduzir os custos no âmbito da produção.<sup>14</sup>

Dentre os custos de produção de uma fazenda de café, o trabalho constituía proporção substancial. Dessa forma, com o objetivo de reduzir os custos de produção no momento da crise, os fazendeiros optaram por aumentar a exploração da mão-de-obra, através de ações como o confisco da produção, medidas fraudulentas para a pesagem do café, retenção dos salários e multas injustificadas.<sup>15</sup>

Assim, a imigração em massa observada no final do século XIX entrou em declínio durante a crise do café - que durou até 1910 -, assim como durante a Primeira Guerra Mundial. Após esse período, houve uma recuperação, que se manteve até o ano de 1929, com a interrupção da imigração subvencionada em 1927.<sup>16</sup>

Na verdade, alguns imigrantes potenciais foram dissuadidos de emigrar para o Brasil, por causa das duras condições de vida e trabalho nas fazendas cafeeiras paulistas. Por outro lado, um número significativo dos imigrantes que já haviam vindo para São Paulo retornou à Itália, ou abandonou o trabalho nas fazendas para se dirigir às cidades ou à Argentina. No entanto, pode-se afirmar que mesmo durante a primeira década deste século, a

---

<sup>13</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.61.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p.61.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p.63.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.64.

imigração estrangeira nunca foi totalmente interrompida, apesar de ter se reduzido.<sup>17</sup>

No ano de 1902, a preocupação dos fazendeiros a respeito da escassez de mão-de-obra parecia se confirmar. A Itália anunciou a proibição da emigração subvencionada para São Paulo, com base em relatórios sobre as deploráveis condições em que viviam os imigrantes neste local. Todavia, tal proibição foi apenas parcialmente eficaz, já que, após 1902, trabalhadores espanhóis e portugueses haviam superado numericamente os italianos, e a partir de 1908, também os japoneses.<sup>18</sup>

**Imigrantes desembarcados em Santos empregados na agricultura e coeficiente de assentamento permanente entre 1908 e 1933**

Nacionalidade	Número total de imigrantes	Número de Trabalhadores Agrícolas	Porcentagem na Agricultura	Coeficiente de Permanência de trabalhadores agrícolas em %
Japoneses	139199	137584	98,84	96,3
Espanhóis	207326	164306	79,25	91,3
Italianos	199201	100533	50,48	41,3
Portugueses	265751	129027	48,5	93,1

Fonte: F. Maurette, *Some Social Aspects of Present and Future Economic Development in Brazil*, ILO, Studies and Reports, Série B, n.º 25, Genebra, 1937, pp.88 e 90. (in V. Stolcke, *op. cit.*, p.66)

Já no que diz respeito à remuneração, os salários agrícolas variaram pouco entre 1884 e 1914. Houve um declínio no final do século, quando os preços do café caíram. Em seguida, entre 1902 e 1910, houve uma melhora moderada, relacionada às partidas e ao número relativamente pequeno de imigrantes que chegaram ao país. Essa tendência foi invertida pelo crescimento da imigração nos anos de 1912 e 1913, e em 1914 os salários

<sup>17</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.64.

<sup>18</sup> *Ibid.* p.65.

monetários se reduziram ao nível em que se encontravam em meados de 1880.<sup>19</sup>

Por outro lado, o colonato proporcionava aos fazendeiros certa flexibilidade para lidar com as flutuações no preço do café, ao combinar a cultura comercial com o plantio de alimentos. Dessa forma, quando os preços do café entrassem em declínio, os fazendeiros poderiam comprimir os salários monetários e, em contrapartida, ofereceriam condições mais favoráveis para o cultivo de alimentos.<sup>20</sup>

No momento em que os preços do café caíram verticalmente, houve a proposta de retorno ao sistema de parceria. Era preciso encontrar uma forma de produzir café mais barato, e isso poderia se obtido através de um sistema de produção de custos mais baixos: a parceria. Todavia, por estarem conscientes das exigências mais pesadas da parceria, os trabalhadores esperariam receber proporcionalmente mais. Assim, a concretização de tal proposta se mostrava inviável.<sup>21</sup>

Neste contexto, à medida que se deterioravam as condições de trabalho, as relações entre os fazendeiros e os trabalhadores foram tornando-se cada vez mais conflituosas. Greves passaram a ser freqüentes, motivadas por questões como “o preço pago abaixo da colheita, o não pagamento dos salários, tentativas de redução do pagamento, castigos e multas pesadas arbitrários ou excessivos, ou limitações do direito de plantio de alimentos”.

Apesar de o período compreendido entre 1910 e 1913 ter sido marcado pela prosperidade, pode-se dizer que as condições gerais para os colonos melhoraram pouco, e em alguns caso até se deterioraram. Isso se reflete no fato de, em 1913, um grande número de colonos italianos ter solicitado ao seu consulado a repatriação.<sup>22</sup>

Por outro lado, outro modo encontrado pelos imigrantes para escaparem das exigências extorsivas dos fazendeiros era sair de São Paulo. Entretanto, mesmo quando permaneciam em São Paulo, e antes que seus

---

<sup>19</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.67.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p.68.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p.70.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p.73.

contratos tivessem expirado, alguns colonos fugiam da fazenda durante a noite.<sup>23</sup>

Os fazendeiros, neste contexto, passaram a temer uma crise de oferta de mão-de-obra dado o grande fluxo de retorno de imigrantes ao seu país de origem e a divulgação na Europa das condições de vida miseráveis nas fazendas paulistas, além do crescente descontentamento dos trabalhadores. Assim, foram criadas as primeiras leis de proteção aos colonos.<sup>24</sup>

No entanto, com a recuperação dos preços do café, particularmente depois de 1910, houve a proibição do plantio intercalado de alimentos. Os fazendeiros, dessa forma, pretendiam proteger o rendimento da produção cafeeira.<sup>25</sup>

Conforme já mencionado, a Primeira Guerra Mundial provocou o declínio da taxa de chegada de imigrantes, assim como o fechamento dos mercados europeus ao café. Conseqüentemente, houve uma nova queda dos preços, determinando certa pressão sobre os salários. Além disso, os preços dos alimentos continuaram a subir, o que fez crescer o interesse dos colonos na produção de alimentos, como fonte de renda adicional.<sup>26</sup>

A elevação repentina dos preços do café na década de 20, por outro lado, beneficiou os imigrantes, que começaram a chegar novamente em número crescente, uma vez terminada a guerra na Europa.<sup>27</sup>

Os preços mais favoráveis do café e os lucros elevados haviam estimulado a formação de novos cafezais na primeira metade da década. Assim, apesar de não haver escassez de mão-de-obra nas fazendas de café nesta década, os salários monetários se elevaram, pois os fazendeiros tinham o interesse de assegurar uma provisão estável de mão-de-obra assim como um tratamento adequado dos cafeeiros.<sup>28</sup>

---

<sup>23</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.73.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p.74.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p.82.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p.83.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p.87.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p.89.

Além disso, a concorrência entre a nova e a antiga região cafeeira pela mão-de-obra estava se intensificando. Os fazendeiros da região antiga apresentavam dificuldades para manter seus colonos, por não terem condições de garantir melhores condições de plantio de alimentos.<sup>29</sup>

Entretanto, no exato momento da reabertura dos mercados europeus, registrou-se a ocorrência de uma forte geada, danificando milhões de pés de café em São Paulo em 1918. Conseqüentemente, a safra de 1918-1919 foi a menor desde o início dos anos 1890. Com o objetivo de minimizar suas perdas, durante a recuperação dos cafeeiros, os fazendeiros permitiram o plantio intercalado de gêneros alimentícios. Em 1920 houve uma nova queda dos preços do café, que voltaram a subir em 1923, permanecendo elevados até o colapso de 1929-1930.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> V. Stolcke. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.89

<sup>30</sup> *Ibid.*, p.89.

## CAPÍTULO 4

### A URBANIZAÇÃO DOS IMIGRANTES E A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

#### 4.1 A Opção dos Imigrantes pelas Cidades

Comprovada a importância do imigrante na agricultura, outra questão fundamental a ser tratada é a sua urbanização. Isto relaciona-se ao fato de um grande número de indivíduos, provenientes principalmente do Sul da Itália, não ter como maior ambição a pequena propriedade, não se interessando, portanto, pela vida no campo. Deve-se ressaltar, por outro lado, que os vênnetos não tinham a cidade como objetivo, e os que nela terminaram não o fizeram por opção.<sup>1</sup>

Pode-se afirmar que preferência dos italianos meridionais pelos centros urbanos está vinculada às condições em que viviam em seu país de origem. As cidades eram compatíveis com os hábitos de um proletariado que, antes de emigrar, vivia em burgos populosos do Sul da Itália.<sup>2</sup>

No Piemonte e na Lombardia, a indústria de tecidos de algodão havia tomado grande impulso, chegando rapidamente à categoria de grande indústria, ao lado da mais antiga das atividades têxteis na Itália, a tradicional produção da lã.<sup>3</sup>

Dessa forma, era natural que operários e artífices italianos, ao emigrarem, desejassem atuar em setores já conhecidos, onde encontrariam campo propício às suas ambições e capacidade de trabalho. Dessa forma, na chegada ao Brasil, muitos imigrantes empregavam-se diretamente nos estabelecimentos industriais.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Z. Alvim. *Brava Gente!*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.139.

<sup>2</sup> *Ibid.*, pp. 69-70.

<sup>3</sup> F. Cenni, *Italianos no Brasil*, São Paulo: Livraria Martins Editora/USP, 1975, p. 202.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.202.

Neste contexto, os italianos exerceram papel determinante na formação das cidades e no processo de industrialização do Brasil, atuando de forma marcante nos movimentos de resistência proletária que ocorreram no início do século.<sup>5</sup>

Uma das formas de se constatar a presença destes imigrantes nas cidades é através dados relativos à propriedade de imóveis. Os italianos ocupavam o primeiro lugar entre os estrangeiros, como proprietários de imóveis urbanos. Entretanto, se analisarmos o valor desses imóveis, caem para o oitavo lugar, numa lista de onze nacionalidades identificadas<sup>6</sup>, conforme a tabela apresentada a seguir:

#### Valor de Imóveis Urbanos nas Mãos de Estrangeiros em 1910

Nacionalidade	Nº de Propriedades	Valor do Imóvel
Ingleses	80	59\$000.000
Franceses	464	15\$600.000
Alemães	3498	12\$000.000
Portugueses	12834	9\$000.000
Espanhóis	1488	5\$800.000
Austro-húngaros	139	5\$500.000
Sírios	619	5\$200.000
Italianos	23520	4\$800.000
Americanos	43	4\$400.000
Suíços	71	3\$800.000
Belgas	18	2\$000.000
diversos	1156	11\$000.000

Fonte: Alvim, Z., *Brava Gente!*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 142.

De acordo com os dados apresentados, a posse da propriedade urbana, em São Paulo ou em qualquer cidade do interior, não garantia uma forma de ascensão para o imigrante.<sup>7</sup>

Por outro lado, as cidades eram dotadas de certas vantagens, tais como maior número de médicos, igrejas e escolas. E, apesar de representar o fim do

<sup>5</sup> Z. Alvim. *Brava Gente!*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.139.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 142.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p.143.

sonho de enriquecimento para um grande número de imigrantes, a opção pela vida urbana significava, sobretudo, o fim da exploração que sofriam nas fazendas.<sup>8</sup>

## **4.2 A Constituição de um Mercado de Trabalho Urbano e o Processo de Industrialização no Brasil**

A dinâmica da economia brasileira no período compreendido entre 1888 e 1932 está vinculada à acumulação de capital advinda da produção e comercialização do café.<sup>9</sup> Ou seja, o capital industrial não nasceu num momento de crise do complexo exportador cafeeiro, mas em um instante de auge exportador, em que a sua taxa de rentabilidade alcançou níveis significativamente elevados.<sup>10</sup>

O crescimento vigoroso da economia cafeeira entre os anos de 1886 e 1898 teve como fator determinante, além da ampla disponibilidade de terras, uma oferta de força de trabalho superabundante gerada por maciça imigração.<sup>11</sup> Por outro lado, pode-se afirmar que a acumulação cafeeira tenha sido, em grande medida, acumulação urbana<sup>12</sup>.

As cidades absorveram boa parte da mão-de-obra imigrante e exigiram a importação de meios de produção. Além disso, a reprodução da força de trabalho

---

<sup>8</sup> Z. Alvim. *Brava Gente!*, São Paulo, Brasiliense, 1986.,p.143.

<sup>9</sup> J. M. Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª edição, 1986, p. 123.

<sup>10</sup> "Ademais, a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários." (*Ibid.*, p.100).

<sup>11</sup> *Ibid.*, p.123.

<sup>12</sup> "(...) o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e que convém pensar num complexo cafeeiro integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos)." (*Ibid.*, pp.128-129).

empregada tanto no núcleo produtivo como no segmento urbano dependia das importações de alimentos e de bens manufaturados de consumo.<sup>13</sup>

Na medida em que a agricultura comercial de alimentos não se criou previamente, os dois componentes do custo de reprodução da força de trabalho dependeriam do próprio complexo exportador, quer dizer, da existência da capacidade para importar.<sup>14</sup>

Diante desta situação, a economia cafeeira paulista foi capaz de criar as condições necessárias à emergência do capital industrial e da grande indústria, já que gerou, previamente, uma massa de capital monetário passível de se transformar em capital produtivo industrial; além de transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis.<sup>15</sup>

Entretanto, não se trata apenas de afirmar que o capital cafeeiro tenha provocado a constituição de um mercado de trabalho. Na verdade, a imigração em massa excedeu as necessidades do complexo exportador cafeeiro, depositando nas cidades um excedente de força de trabalho.<sup>16</sup>

Da mesma forma, os lucros gerados entre os anos de 1889 e 1894 não eram plenamente aplicados na economia cafeeira. Isso porque, de um lado, o ritmo de incorporação de terras é limitado por determinadas exigências naturais, como tempo de desmatamento. Por outro lado, as despesas com a remuneração da força de trabalho eram reduzidas praticamente ao pagamento da carpa, entre os momentos em que se realizavam o plantio e a primeira colheita. Além disso, a capacidade para importar cresceu menos do que as margens de lucro,

---

<sup>13</sup> J. M. Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª edição, 1986., p.129.

<sup>14</sup> *Ibid*, p.145.

<sup>15</sup> " (...) o capital industrial depende, duplamente do capital cafeeiro para sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização." (*Ibid.*, p.99.)

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.145.

transformando a produção industrial interna na única aplicação rentável para os lucros comerciais excedentes.<sup>17</sup>

Pode-se afirmar, assim, que o próprio complexo exportador cafeeiro deu origem ao capital industrial e criou as condições necessárias ao processo de industrialização: a disponibilidade de mão-de-obra e a capacidade para importar, capaz de garantir a compra de meios de produção, alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial.<sup>18</sup>

Por outro lado, a necessidade de importação de foi reduzida pelo mercado de alimentos gerado pelos imigrantes. No regime do colonato, a produção de desses gêneros de subsistência ocorria de forma complementar ao café. Parte da produção desses gêneros era consumida e parte era vendida, com a autorização do fazendeiro. Dessa forma, o colonato conseguiu produzir um mercado de alimentos, condição fundamental para o aparecimento da indústria.

Portanto, a indústria e agricultura se apoiaram mutuamente, criando mercados uma à outra, que garantem, internamente, ao oferecer alimentos e bens de consumo manufaturados.<sup>19</sup>

Durante um certo período, a indústria nacional se caracterizou como sendo destinada à substituição de importações, produzindo artigos que o consumidor não poderia conseguir por dificuldades diversas, como guerras e crises. Assim, os produtos nacionais passaram a ter vantagens em relação aos produtos anteriormente importados, não contando com a concorrência de mercadoria similar comercializada a preços mais baixos.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> J. M. Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª edição, 1986., p.143.

<sup>18</sup> *Ibid*, p.147.

<sup>19</sup> *Ibid*., p.153.

<sup>20</sup> F. Cenni, *Italianos no Brasil*, São Paulo: Livraria Martins Editora/USP, 1975, p. 206.

### 4.3 A Adaptação dos Imigrantes às Cidades Brasileiras

Dentre os imigrantes que chegaram ao Brasil a partir de 1870, havia aqueles que não encontravam empregos nas fazendas de café nem se inseriam em núcleos coloniais. Outros, por sua vez, não se interessavam pelo trabalho agrícola. Estes indivíduos dirigiam-se às cidades, constituindo-se, assim, um mercado de trabalho, trazendo dos países de origem um aprendizado na área de indústria e serviços.

Representando a maioria entre os trabalhadores da cidade, em número superior aos nativos, os italianos dedicavam-se aos mais variados trabalhos. Eram vendedores, carpinteiros, artífices, sapateiros, alfaiates, barbeiros, vendedores de frutas, carroceiros, cocheiros, carregadores, vendedores de jornais, vendedores ambulantes, engraxates.<sup>21</sup>

Uma outra profissão muito comum entre estes imigrantes - e que posteriormente passou a ser quase que exclusivamente exercida por sírio-libaneses - era a de mascate. Aqueles que não desejavam se submeter ao regime das fazendas, nem possuíam capital suficiente para se estabelecer nas cidades atuavam como mercadores ambulantes.<sup>22</sup>

Além disso, os comerciantes eram também numerosos entre os italianos. Eram geralmente napolitanos aqueles que ergueram seus negócios logo que chegaram ao Brasil. Já o italiano do Norte, geralmente, só tinha condições de abrir uma casa comercial após ter acumulado capital na agricultura, decidindo deslocar-se para os centros urbanos.<sup>23</sup>

Os imigrantes foram também trabalhadores da construção civil, da limpeza pública, e da companhia de luz. Uma minoria destes trabalhadores vinha de

---

<sup>21</sup> L.M. Hutter. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972, p.115.

<sup>22</sup> *Ibid.*, pp.115-116.

<sup>23</sup> R.F. Foerster. *Italian Emigration of Our Times*. Cambridge, Mss.: Harvard University Press, 1969, p.314.

Veneza, da Lombardia ou da Liguria, enquanto a maioria veio da Calábria, Basilicata e Campania.<sup>24</sup>

#### Estabelecimentos Industriais Pertencentes a Italianos em 1920

Estados e Distrito Federal	Nº de Estabelecimentos	Capital empregado \$	Nº de Operários	Valor da Produção Anual \$
Amazonas	5	27.000	15	68.380
Bahia	44	250.572	179	1.062.473
Distrito Federal	69	1.800.168	724	6.613.782
Espírito Santo	18	291.250	82	1.089.662
Mato Grosso	3	202.000	10	1.132.480
Minas Gerais	149	2.974.505	797	6.773.989
Pará	10	581.127	156	639.106
Paraíba	4	252.790	29	384.818
Paraná	61	1.114.784	255	1.969.810
Pernambuco	3	336.900	43	566.212
Rio de Janeiro	20	654.815	112	672.327
Rio Grande do Sul	227	8.512.471	1.054	11.160.655
Santa Catarina	56	883.468	184	1.794.197
São Paulo	1.446	35.273.500	8.487	72.877.851
Outros Estados	4	205.800	19	154.012
Total	2.119	53.361.150	12.146	106.959.754

Fonte: F. Cenni, *Italianos no Brasil*, São Paulo: Livraria Martins Editora/USP, 1975, p. 213.

A cidade São Paulo concentrava um grande número de italianos. Estes imigrantes constituíam pelo menos um terço da população, estando distribuídos, em grande parte, nos baixos e médios estratos de trabalhadores. Por outro lado, havia aqueles que eram proprietários ou ocupavam posições importantes no controle de grandes empresas têxteis, fábricas de chapéus e estabelecimentos de produtos alimentícios. Ressalta-se, ainda, a marcante influência dos arquitetos italianos sobre as construções das cidades.<sup>25</sup>

Dessa forma, tendo-se em vista a forte presença dos imigrantes nos centros urbanos, constituindo um mercado de trabalho até então inexistente, é

<sup>24</sup> R.F. Foerster. *Italian Emigration of Our Times*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969, p.314.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p.315.

inegável sua importância para o processo de industrialização e o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras, principalmente São Paulo<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> “Desnecessário dizer, os maior grupo de estrangeiros em São Paulo é de italianos, enquanto no Rio de Janeiro os italianos são superados pelos portugueses.” (R.F. Foerster. *Italian Emigration of Our Times*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969, p. 315).

## CONCLUSÃO

Esta análise do processo de imigração européia para o Brasil, no período compreendido entre 1870 e 1930, demonstra a importância crucial dos imigrantes - principalmente de italianos - para a emergência da indústria capitalista no País.

Por um lado, as condições de vida na Europa naquele momento, se refletiram na emigração em massa para outros países. O Brasil, por sua vez, contava com fatores, que funcionavam como um pólo de atração de imigrantes.

Neste contexto, homens livres e despojados de meios de produção e de subsistência chegaram em grande número a terras brasileiras. Assim, não lhes restava outra alternativa de sobrevivência que não fosse a venda de sua força de trabalho. Muitos destes imigrantes se estabeleceram no campo, enquanto outros optaram pela vida nas cidades.

Do lado da agricultura, a inserção do imigrante no sistema do colonato foi responsável pela criação de um mercado de alimentos, na medida em que seria destinado à garantir a alimentação da força de trabalho. Dessa forma, trata-se de outra condição importante para o aparecimento da indústria.

Por outro lado, os imigrantes que se dirigiam às cidades acabaram por constituir um mercado de trabalho até então inexistente e necessário ao processo de industrialização. Traziam experiências e conhecimentos do país de origem. Dessa forma, muitos foram contratados como operários em fábricas brasileiras, enquanto outros optaram pelo trabalho autônomo. Ressalta-se, ainda, que muitos italianos tornaram-se proprietários de indústrias.

Portanto, com a inegável contribuição dos imigrantes, foram criadas as condições necessárias ao processo de industrialização no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, Zuleika M. *Brava Gente! - Os Italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BEIGUELMAN, P. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. São Paulo: Pioneira, 1987.
- CARDOSO DE MELLO, João M. *O Capitalismo Tardio*. 4ª. edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CENNI, F. *Italianos no Brasil*. São Paulo. Livraria Martins Editora/USP, 1975.
- DELFINO NETTO, A. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1976.
- FOERSTER, Robert F. *The Italian Emigration of our Times*. Cambridge, Mass.:Harvard University Press, 1924.
- FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros , 1969.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Nacional, 1971.
- HALL, M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil. 1871-1914*. Columbia University, 1969. (Ph.D. Thesis).
- HUTTER, Lucy M. *Imigração Italiana em São Paulo: 1880-1889*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1972.
- MARTINS, José S. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. 11ª.edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SALLUM Jr, Brasília J. *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1980. (Tese de Doutorado).
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- SILVA, Lígia O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas:

Editora da UNICAMP, 1996.

STOLCKE., V. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.